

Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil?

Ana Beatriz Cerisara*

RESUMO: Este texto foi elaborado com o intuito de apresentar um panorama amplo a respeito da Educação Infantil na conjuntura nacional. Está estruturado em três momentos: inicialmente situo o contexto em que se encontra a educação infantil, a partir das deliberações legais feitas pela Constituição de 1988 e da LDB de 1996 e das concepções acerca do caráter que creches e pré-escolas devem assumir como instituições educativas no atual contexto histórico. Em seguida, aponto os desafios que, do meu ponto de vista, estão colocados para os educadores da área e, por último, apresento os avanços e retrocessos alcançados em relação à produção e ao encaminhamento de propostas de políticas para a educação infantil no Brasil.

Palavra chave: 1. Creches-Brasil 2. Educação de crianças-Brasil

ABSTRACT: This paper was prepared with the goal of presenting a broad perspective about Preschool Education in the national context. It has three parts: the first presents the context in which preschool education is found, based on the legal environment established by the Constitution of 1988 and the LDB of 1996 and of the concepts concerning what day-care and preschools should assume as educational institutions in the current national context. The second identifies the challenges that, from my point of view, are facing educators in the field. Finally the paper presents the advances and setbacks concerning the production and advancement of policy proposals for preschool education in Brazil.

Key word: 1. Child care centers - Brazil; 2. Education of children-Brazil

Este artigo foi escrito com o intuito de fornecer um panorama mais geral a respeito da Educação Infantil hoje no Brasil. O texto está estruturado em três momentos: inicialmente situo a conjuntura em que se encontra a educação infantil, a partir das deliberações legais feitas pela Constituição de 1988 e da LDB de 1996 e das concepções acerca do caráter que creches e pré-escolas devem assumir como instituições educativas no

* Coordenadora do NEE0A6 e professora doutora do CED/UFSC

12 • Ana Beatriz Corisara

atual contexto histórico. Em seguida, aponto os desafios que, do meu ponto de vista, estão colocados para os educadores da área e, por último, apresento os avanços e retrocessos alcançados a partir da produção e do encaminhamento de propostas de políticas públicas para a educação infantil no Brasil.

I-Começo de conversa:

Entendo que a especificidade do atual momento histórico está a exigir um esforço coletivo de todos aqueles que estão direta ou indiretamente envolvidos com a educação infantil em especial e com educação pública em geral, no sentido de tentar compreender a atual conjuntura para que possamos nos instrumentalizar para enfrentar os desafios e dilemas que já estão colocados e os que estão por vir.

Um possível começo de conversa pode ser tentar responder a uma pergunta: Afinal, por que os educadores afirmam que as instituições de educação infantil têm por finalidade educar e cuidar de forma indissociável e complementar as crianças pequenas?

A compreensão de que as instituições de educação infantil têm como função educar e cuidar de forma indissociável e complementar as crianças de 0 a 6 anos é relativamente recente. Para que se possa avançar na compreensão do uso destes dois termos -educar e cuidar - é preciso lembrar, mesmo que brevemente, a forma como creches e pré-escolas surgiram e se consolidaram no Brasil. Durante as últimas décadas, foi possível constatar duas formas de caracterização dos diferentes tipos de trabalhos realizados em creches e em pré-escolas: por um lado, havia as instituições que realizavam um trabalho denominado “assistencialista” e, por outro, as que realizavam um trabalho denominado “educativo”.

Nesta “falsa divisão” ficava implícita a idéia de que haveria uma forma de trabalho mais ligada às atividades de assistência à criança pequena, as quais era dado um caráter não-educativo, uma vez que traziam para as creches e pré-escolas as práticas sociais do modelo familiar e/ou hospitalar e, as outras, que trabalhavam numa suposta perspectiva educativa, em geral trazendo para as creches e pré-escolas o modelo de trabalho escolar das escolas de ensino fundamental.

Vale ressaltar que estou falando no passado, mas não necessariamente do passado, uma vez que sabemos o quanto essas concepções de

Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil? • 13

trabalho permanecem presentes ainda hoje não só nas concepções de trabalho de muitos educadores, como em muitas propostas de trabalho nas instituições, muitas vezes superadas no discurso, mas visíveis nas práticas desenvolvidas no cotidiano das instituições.

Após um longo período, foi possível a partir de diversas pesquisas² e estudos reavaliar este quadro e constatar que esta dicotomia era falsa, porque gostando ou não, aceitando ou não, todas as instituições tinham um caráter educativo: as primeiras, com uma proposta de educação assistencial voltada para a educação das crianças pobres e as outras, com uma proposta de educação escolarizante voltada para as crianças menos pobres. Simplificando um pouco, poderíamos dizer que tínhamos, de um lado, uma importação do modelo hospitalar/familiar e, de outro, uma importação do modelo da escola de ensino fundamental. Nesta dicotomização, as atividades ligadas ao corpo, à higiene, alimentação, sono das crianças eram desvalorizadas e diferenciadas das atividades consideradas pedagógicas, estas sim entendidas como sérias e merecedoras de atenção e valor.

Só que as creches e pré-escolas não são as casas das crianças, não são hospitais e nem devem ser escolas de ensino fundamental, mesmo que atualmente tenham o dever de partilhar com as famílias a responsabilidade pela educação das crianças menores de sete anos.

A análise e debate em torno desses tipos de instituições tornou possível constatar que esta dicotomização entre educar e assistir as crianças devia ser superada e avançar em direção a uma proposta menos discriminadora, que viesse atender às especificidades que o trabalho com crianças de 0 a 6 anos exige na atual conjuntura social, sem que houvesse uma hierarquização do trabalho a ser realizado, seja pela faixa etária (0 a 3 anos ou 3 a 6 anos), ou ainda pelo tempo de atendimento na instituição (parcial ou integral), seja pelo nome dado à instituição (creches ou pré-escolas).

Vale ressaltar que o avanço acerca da necessidade dessas instituições de caráter educativo – distinto do espaço escolar, familiar e hospitalar – não foi natural, mas historicamente construído uma vez que ocorreu a partir de vários movimentos em torno da criança, do adolescente e da mulher por parte de diferentes segmentos da sociedade civil organizada e de representantes de órgãos públicos devido às grandes transformações sofridas pela sociedade em geral e pela família em especial nos centros urbanos, com a entrada das mulheres no mercado de trabalho.

14 • Ana Beatriz Cerisara

Para que se possa compreender esta concepção de trabalho para as instituições de educação infantil é necessário recorrer tanto à Constituição Brasileira de 1988, como à Lei de Diretrizes e Bases n. 9394/96. Estas duas leis tiveram um importante impacto na Educação Infantil e podem contribuir na compreensão de onde surgiu esta concepção de que às instituições de educação infantil cabe a tarefa de trabalhar de forma indissociável e complementar a educação e o cuidado das crianças pequenas.

A Constituição de 1988 reconheceu como **direito da criança pequena** o acesso à educação em creches e pré-escolas. Esta lei coloca a criança no lugar de sujeito de direitos em vez de tratá-la, como ocorria nas leis anteriores a esta, como objeto de tutela. Mesmo sabendo que entre a proclamação de direitos na forma da lei e a consolidação da mesma em práticas sociais adequadas existe um grande hiato, esta lei constitui um marco decisivo para o longo caminho a ser percorrido na busca de uma possível definição do caráter que as instituições de educação infantil devem assumir, sem que reproduzam as práticas desenvolvidas no seio das famílias, nos hospitais ou nas escolas de ensino fundamental.

Esta definição constitucional, no entanto, constitui apenas o primeiro passo em direção às demais leis que devem dar suporte a esta lei maior. A partir da segunda metade da década de 80 até a década de 90, houve um intenso trabalho que culminou na definição do Estatuto da Criança e do Adolescente, nas discussões a respeito da Lei de Diretrizes e Bases, que apesar de ter sido aprovada apenas no ano de 1996, passou por longas e amplas discussões e debates pelos diferentes segmentos da sociedade, além de uma longa e tumultuada tramitação no Congresso.

Esta nova LDB, também pela primeira vez, colocou a educação infantil como primeira etapa da educação básica, vindo a mesma a constituir um nível de ensino. A defesa da inclusão das instituições de Educação Infantil no capítulo da educação, por parte de pesquisadores, representantes dos órgãos públicos e de movimentos sociais preocupados com a educação da criança pequena, baseava-se na idéia de que era fundamental tirar as creches e pré-escolas de seu vínculo com as Secretarias de Assistência Social ou da Saúde e lutar para que fizessem parte das Secretarias de Educação. Mesmo considerando que em Florianópolis as instituições de educação infantil sempre tenham estado ligadas à Secretaria de Educação, esta não tem sido a situação da maioria das creches e pré-escolas dos demais municípios brasileiros.

Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil? • 15

Esta compreensão se devia à constatação de que trazer essas instituições para a área da educação seria uma forma de avançar na busca de um trabalho com um caráter educativo-pedagógico³ adequado às especificidades das crianças de 0 a 6 anos, além de possibilitar que as profissionais que com elas trabalham venham a ter garantidas uma formação tanto inicial quanto em serviço e uma valorização em termos de seleção, contratação, estatuto, piso salarial, benefícios, entre outros.

No entanto, a inclusão das creches e pré-escolas no ensino básico implica riscos, porque mesmo havendo clareza de que as instituições de educação infantil – tenham elas a denominação que tiverem – não devem ser depósitos de crianças, substitutas maternos ou hospitais, também há clareza de que as creches e pré-escolas não devem reproduzir as práticas sociais que têm sido desenvolvidas nas escolas de ensino fundamental. Este é o quadro que hoje se coloca para todas as profissionais da área e tem como eixo fundamental a busca da definição da especificidade do trabalho pedagógico a ser realizado nas instituições de educação infantil, ou seja, a construção de uma Pedagogia da Educação Infantil que rompa com a Pedagogia Escolar tal como tem sido desenvolvida nas escolas de ensino fundamental.

II - Desafios colocados:

Todas estas decisões legais trouxeram consigo muitas conseqüências e desafios para a área da educação infantil. Vou levantar dentre os inúmeros desafios, os três que considero fundamentais a serem enfrentados:

- **Primeiro desafio:** como transformar as instituições de educação infantil em um nível de ensino, sem que elas reproduzam ou tragam para si as práticas desenvolvidas no ensino fundamental?

A preocupação com este aspecto pode ser vislumbrada na própria redação do texto final da LDB em que está escrito que a educação básica consiste em três níveis de ensino: a **educação infantil**, o **ensino fundamental** e o **ensino médio**. Falar em educação e não em ensino foi a forma encontrada para não reforçar a concepção instrucional/ escolarizante presente nos demais níveis de ensino e indicar uma proposta de trabalho com crianças cuja especificidade requer uma prevalência do **educativo** sobre o **instrucional**, ou seja, mais do que nível de ensino, estas instituições devem realizar um trabalho contemplando e priorizando os **proces-**

16 • Ana Beatriz Corisara

so educativos que envolvem as crianças como sujeitos da e na cultura com suas especificidades etárias, de gênero, de raça, de classe social.

Para enfrentar este desafio é preciso ter claro que o trabalho junto às crianças em creches e pré-escolas não se reduz ao ensino de conteúdos ou disciplinas, ou de conteúdos escolares que reduzem e fragmentam o conhecimento, mas implica trabalhar com as crianças pequenas em diferentes contextos educativos, envolvendo todos os processos de constituição da criança em suas dimensões intelectuais, sociais, emocionais, expressivas, culturais, interacionais.

Portanto, as instituições de educação infantil devem buscar delinear as suas especificidades, sem perder de vista que o trabalho a ser realizado com as crianças deve assumir um caráter de intencionalidade e de sistematização, sem cair na reprodução das práticas familiares, hospitalares ou escolares.

- Segundo desafio: educar e cuidar

Se é dever do Estado e opção da família assegurar a educação da criança a partir do seu nascimento, em complementaridade com o papel e as ações da família nessa função, as instituições de educação infantil têm uma especificidade que as torna diferentes da família e da escola e que devem, devido à especificidade da faixa etária de suas crianças, desenvolver atividades ligadas ao cuidado e à educação dessas crianças.

A insistência em manter os termos educar e cuidar, como já foi indicado anteriormente, relaciona-se ao percurso histórico das creches e pré-escolas no Brasil. A análise do histórico dessas instituições e as relações que estas têm estabelecido tanto com as famílias, quanto com as escolas permite perceber que quando se defendeu, e ainda hoje se defende, uma função pedagógica para as mesmas foi na direção da valorização das atividades ligadas ao ensino de alguma coisa, à transmissão de conhecimentos, muitas vezes reproduzindo ou antecipando as práticas condenadas pelas próprias escolas de ensino fundamental em que são valorizadas as atividades dirigidas, consideradas como pedagógicas. Essa interpretação reducionista do pedagógico, acabou por trazer para as creches e pré-escolas uma desvalorização das atividades ligadas ao cuidado das crianças pequenas. Essa dicotomização entre as atividades com um perfil mais escolar e as atividades de cuidado, revelam que ainda não está clara uma concepção de criança como sujeito de direitos, que necessita ser educada e cuidada, uma vez que ela depende dos adultos para sobre-

Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil? • 17

viver e também pelo fato de permanecer muitas vezes de 10 a 12 horas diárias na instituição de educação infantil.

Esta dicotomização que, como já vimos anteriormente, vem de longa data, está tão arraigada nas práticas desenvolvidas nas instituições que foi preciso recorrer ao uso de uma terminologia que ajudasse a sinalizar que havia um avanço na compreensão do lugar, do valor e do estatus que estas atividades de cuidado às crianças precisam assumir nas instituições de educação infantil.

Foi nesse sentido que se recorreu⁴ ao termo utilizado em inglês – *educare* – que significa educação e cuidado ao mesmo tempo. Como não temos estas duas palavras em uma só em português, foi feita uma opção pela utilização dos termos educar e cuidar.

Conseguir concretizar esta concepção em práticas educativas ainda constitui um desafio para os educadores da área. Este desafio está acima de tudo estreitamente ligado às relações creche- famílias, que precisam ser enfrentadas urgentemente no sentido de explicitar qual o papel que estas duas instituições devem ter no atual contexto histórico, a fim de que as professoras de educação infantil e as famílias – pais e mães das crianças – possam assumir suas responsabilidades com maior clareza dos seus papéis que, mesmo sendo complementares um em relação ao outro, são diferentes e devem continuar sendo.

-Terceiro desafio: profissionais

Os dois primeiros desafios trazem como consequência pensarmos nas profissionais de educação infantil. Muitas são as situações em que estas se encontram: dependendo do segmento a que pertencem – municipal, estadual, federal, privado, etc. Variam mais ainda de região para região em nosso país.

A nova LDB definiu que uma vez fazendo parte do capítulo da educação todas as profissionais que atuam em creches e pré-escolas diretamente com as crianças deverão ser consideradas **professoras leigas ou não**. Ou seja, há uma compreensão de que devido ao caráter educacional que estas instituições devem ter, as professoras devem ser formadas pelo menos em curso superior, com uma formação condizente com a especificidade desta etapa da educação.

Esta deliberação trouxe para os sistemas de ensino a tarefa de providenciar uma formação específica emergencial para as profissionais que já trabalham em instituições de 0 a 6 anos sem possuir a formação exigida.

18 • Ana Beatriz Cerisara

Diante desta situação em que muitas educadoras se encontram, foi deliberado um prazo de até 10 anos – a partir da data da promulgação da LDB novembro de 1996 - para que todas as profissionais envolvidas neste nível de ensino atendam a exigência feita, com o auxílio das instituições.

Da mesma forma, esta exigência trouxe para as agências formadoras, entre elas as universidades e os cursos de magistério a tarefa de repensar sua proposta curricular no sentido de atender às especificidades que uma professora de educação infantil deve ter em relação às professoras de 1ª a 4ª ou de 5ª a 8ª. Além disso, os sistemas municipais de ensino têm sido estimulados a criar cursos supletivos a fim de atender à demanda de cada município, devendo estes ser considerados em caráter emergencial-provisório, com a clareza de que a formação das profissionais desta área deve ocorrer de forma regular, sistemática e formal tão logo a situação se estabilize.

III- Dos desafios aos avanços e retrocessos

É preciso salientar que muito do caminho realizado até aqui tem sido possível graças à grande contribuição que a Coordenação de Educação Infantil (COEDI), ligada à Secretaria de Educação Fundamental do MEC vem desenvolvendo desde 1993, tendo a professora Angela Maria Rabelo Ferreira Barreto na coordenação dos trabalhos.

Grande parte desta contribuição pode ser conhecida a partir dos “cadernos” publicados pela COEDI, quais sejam:

- Educação Infantil no Brasil: situação atual – 1994;
- Política nacional de educação infantil – 1994;
- Critérios para um atendimento, em creches, que respeite os direitos fundamentais das crianças-1995;
- Por uma política de formação do profissional de educação infantil – 1994;
- Propostas Pedagógicas e Currículo em Educação Infantil – 1996

Todos estes materiais foram produzidos a partir do debate com educadores e pesquisadores da área, no sentido de caminhar na definição de uma Política Nacional de Educação Infantil que atendesse às deliberações legais e, ao mesmo tempo, estabelecesse diretrizes pedagógicas para uma política de recursos humanos visando a melhoria da qualidade do trabalho junto às crianças de 0 a 6 anos em instituições educativas.

Neste sentido, têm sido divulgadas as produções mais atuais e em nível de excelência a fim de subsidiar o trabalho nas instituições em que são indicados Critérios para um atendimento, em creches, que respeite os Direitos Fundamentais das Crianças, análises de Propostas Pedagógicas existentes para creches e pré-escolas, política para formação dos profissionais de educação infantil, entre outros.

A produção apresentada no período de 1993 a 1997 pela COEDI revela o quanto esteve, nestes últimos cinco anos, afinada com a busca de uma educação pública infantil de qualidade em parceria com pesquisadores e educadores da área.

No entanto, mesmo considerando que os encaminhamentos dados pela COEDI signifiquem um avanço importante na definição de uma política nacional para educação infantil, é preciso lembrar que em 1997 e 1998 foram divulgados dois documentos que podem significar uma ameaça ao que vem sendo proposto como política para a educação infantil. O primeiro - Proposta para o Plano Nacional de Educação - do INEP (ainda em tramitação no Congresso e tendo já uma contraproposta da Sociedade Civil, também tramitando no Congresso, que busca recuperar os avanços já assegurados em lei) representa um retrocesso em relação às propostas dos anos 70 pelo tratamento dado às creches e pré-escolas. Pelas suas proposições, a creche é reduzida a uma função educacional- assistencialista e o profissional indicado para nela atuar é a de um agente educativo, sem que seja indicada uma necessidade de formação específica qualquer. Quanto à pré-escola, mesmo considerada necessária, deve ter um profissional formado em nível de 2º grau, podendo existir o agente educativo para auxiliá-lo.

O segundo documento que pode ameaçar os avanços produzidos na área da educação infantil nestes últimos anos, diz respeito ao Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil produzido pela SEF/COEDI, sem que se possa perceber uma articulação afinada com a produção até então coordenada pela COEDI. Este documento pode significar um retrocesso para a educação infantil no Brasil, pois não só apresenta uma proposta escolarizante para as crianças de 4 a 6 anos, como estende esta proposta para as crianças de 0 a 3 anos. Apesar dos esforços que muitos pesquisadores e educadores têm feito contra a concepção que norteou a versão preliminar do Referencial Curricular para Educação Infantil, este estará disponível para as profissionais de educação infantil ainda no ano de 1999. Vale ressaltar que, mesmo que pareceristas das mais diferentes regiões do Brasil que atuam na área da educação infantil em

20 • Ana Beatriz Cerisara

Universidades ou em Secretarias de Educação tenham enviado pareceres acerca desse documento, o RCNEI⁵ apresenta uma proposta de trabalho que rompe com o esforço que tem sido realizado no sentido de construir uma Pedagogia para a Educação Infantil que respeite as especificidades do trabalho com crianças menores de 7 anos que freqüentam creches e pré-escolas.

Por tudo que foi apontado anteriormente, é possível constatar o quanto o atual momento histórico está a exigir que todos os envolvidos com a área da educação infantil, independente de suas funções, assumam a tarefa de contribuir para a construção de uma educação infantil que respeite os direitos fundamentais das crianças pequenas brasileiras.

Notas

- 2 Sobre isso ver KUHLMANN JR., Moises. *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre : Editora Mediação, 1998.
- 3 Termo cunhado por Maria Lúcia Machado In: Educação infantil e currículo: a especificidade do projeto educacional-pedagógico para creches e pré-escolas. São Paulo, 1996. (mimeo)
- 4 Sobre isso ver ROSEMBERG, F. , Educação Infantil nos Estados Unidos IN: *Creches e Pré-escolas no Hemisfério Norte*, p. 62-1994 e CAMPOS, M.M. Educar e Cuidar : questões sobre o perfil do profissional de educação infantil, IN: *Por uma política de formação do profissional de educação infantil*, 1994.
- 5 Sobre este tema ver CERISARA, Ana Beatriz. A produção acadêmica na área da educação infantil a partir da análise dos pareceres sobre o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil: primeiras aproximações. IN: Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios. Editora Autores Associados, 1999.

Referências bibliográficas:

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil 1988*. Brasília Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. *Estilos de oferta da educação pré-escolar*. Brasília : MEC, 1989.

Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil? • 21

- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira n 9.493/1996.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. *Política de Educação Infantil - Proposta*. Brasília : MEC, 1993.
- _____. *Por uma política de Formação do Profissional de Educação Infantil*. Brasília : MEC, 1994a.
- _____. *Educação infantil: situação atual*. Brasília : MEC, 1994b.
- _____. *Anais do I Simpósio Nacional de Educação Infantil*. Brasília : MEC, 1994c.
- _____. *Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças*. Brasília : MEC, 1995.
- _____. *Propostas pedagógicas e currículo em educação infantil*. Brasília : MEC, 1996.
- CAMPOS, Maria Malta. *Educar e Cuidar: questões sobre o perfil do profissional de Educação Infantil*. IN: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Coordenação de Educação Infantil. *Por uma política de formação do profissional de educação infantil*. Brasília : MEC, p. 32 - 42, 1994a.
- CERISARA, Ana Beatriz. A produção acadêmica na área da educação infantil a partir da análise de pareceres sobre o Referencial Nacional da Educação Infantil: primeiras aproximações. IN: *Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios*. Editora Autores Associados / UFSC / UFSCAR / UNICAMP: Campinas, 1999.
- KULHMANN Jr. Moysés. *Infância e Educação Infantil : uma abordagem histórica*. Porto Alegre : Editora Mediação, 1998
- MACHADO, Maria Lúcia. *Educação Infantil e currículo: a especificidade do projeto educacional pedagógico para creches e pré-escolas*. São Paulo, 1996(mimeo).
- ROSEMBERG, F. *Educação Infantil nos Estados Unidos*, IN: *Creches e Pré-Escolas no Hemisfério Norte*. Cortez Editora e FCC : São Paulo, 1994.